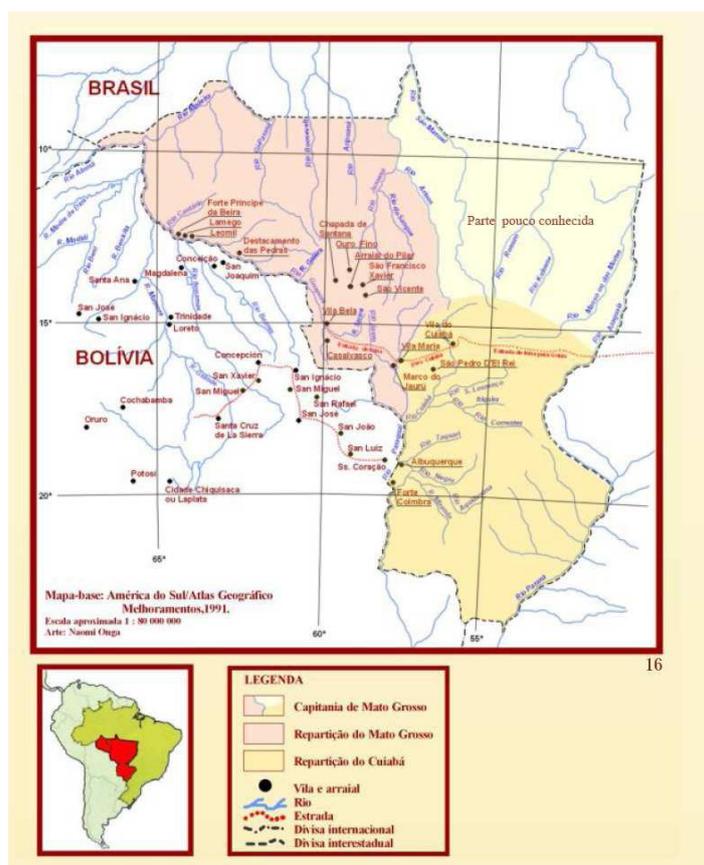


Escravos negros na fronteira entre Brasil e Bolívia

MONIQUE CRISTINA DE SOUZA LORDELO*

O foco espacial deste estudo é a repartição do Mato Grosso e seu entorno fronteiriço, o que implica nas missões jesuíticas espanholas de Moxos e de Chiquitos¹. O marco cronológico estabelecido é a criação da capitania de Mato Grosso – 1748 – até o final do governo de João de Albuquerque – 1796 –, já em um período de diminuição da importância geopolítica de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania (ROSA, 1996: 64). No ano de 1798, Caetano Pinto de Miranda Montenegro propunha a mudança da capital Vila Bela para Cuiabá ou Vila Maria (ROSA, 1996: 308)².

Mapa 1: Repartições do Cuiabá e do Mato Grosso e a fronteira com as missões jesuíticas espanholas no século XVIII.



Fonte: FERNANDES, 2003: 83.

¹ Cf. Mapa 1.

² Em 1820 importantes órgãos públicos foram transferidos para Cuiabá, mas somente em 28 de agosto de 1825 a capital foi transferida oficialmente.

Demonstramos, nesse estudo, que os escravos negros estabelecidos na capitania de Mato Grosso, na fronteira luso-espanhola, não responderam passivos às sujeições de seus senhores, e que as fugas eram constantes, conforme demonstra a documentação levantada. O que torna a pesquisa ainda mais instigante é que essas fugas ultrapassavam as fronteiras lusitanas, com os fugitivos adentrando, em especial, as regiões das missões religiosas, localizadas em território castelhano.

Observamos também que essas fugas não eram exceções, e que preocupavam a administração portuguesa e espanhola na região do Guaporé. Apresentaremos, portanto, algumas das respostas do poder constituído às fugas de escravos, ocorridas na região, na segunda metade do século XVIII.

Em toda a documentação analisada há evidências de grande quantidade de fugas para o lado espanhol da fronteira, em especial para as missões religiosas de Chiquitos e Moxos. Havia um acordo entre Espanha e Portugal que visava a devolução de escravos fugidos, denominado de “leis de uma sincera correspondência”, mas o acordo nem sempre era cumprido, já que havia interesse dos religiosos na presença daquela mão de obra.

A troca de correspondência oficial entre a Coroa portuguesa e a Coroa espanhola, solicitando a restituição de escravos que haviam fugido para os domínios espanhóis, e de índios das missões que haviam fugido para territórios portugueses nos possibilitam levantar alguns pontos que podem oferecer explicações sobre o que buscavam “do outro lado” da fronteira.

No caso que analisamos – a fuga de escravos negros para o lado espanhol – nos registros contidos nos “Anais de Vila Bela: 1734-1789”³, na documentação manuscrita do período colonial do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso⁴, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional⁵, no Projeto Resgate⁶, no Arquivo e

³ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

⁴ APMT. Livros de registros de provisões, portarias, editais, cartas expedidas e recebidas nos governos de Antonio Rolim de Moura, Luís Pinto de Souza Coutinho, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

⁵ MOURA, Carlos Francisco. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja – Biografia*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982; PAIVA, Ana Mesquita Martins de; SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária, v.2, v.3, 1983.

⁶ AHU. *Projeto Resgate*.

Biblioteca Nacional da Bolívia, na “Seção Colonial de Mojos e Chiquitos”, e no “Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos”, sobre esse assunto, podemos notar o esforço discursivo que precisavam fazer os capitães gerais portugueses para conseguirem seus escravos de volta, e as respostas castelhanas para essas fugas.

Esses acordos assinados entre Coroas com o objetivo de obter a devolução de negros fugidos ocorriam em toda a fronteira colonial amazônica, e Gomes descreve um deles, assinado em 1732, entre a Coroa portuguesa e a Coroa francesa acordando a devolução de negros fujões, cumprido eventualmente (GOMES, 2005: 85).

Era grande a despesa de senhores e autoridades coloniais com a formação das expedições que saíam à captura de escravos fugidos. Essas expedições poderiam permanecer meses pelos sertões, e por isso esperava-se que fossem eficientes, e eram formadas por capitães e soldados “das entradas” – conforme registrado na documentação –, e “pedestres”, desta última categoria, podendo fazer parte ex-escravos aquilombados, pardos e pretos forros. Nos livros de Registros do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, e nos Anais de Vila Bela encontramos as seguintes denominações: “capitão-do-mato”, “capitães soldados das entradas”, “capitães das entradas”, “oficiais e soldados do mato”, “capitão-mor”, o que indica serem estas as denominações mais utilizadas na capitania de Mato Grosso no período em estudo.

Entre os anos de 1755 e 1756, a documentação registra a preocupação do capitão general da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, por “andarem tantos escravos no mato”, ou seja, com a quantidade de escravos negros fugidos. E, somente nesses dois anos, Rolim de Moura assinou um regimento dos capitães-do-mato, acordando sobre os “emolumentos que deviam ter os capitães do mato da tomadia⁷ dos negros fugidos, e ainda, uma carta para os oficiais da Câmara de Vila Bela sobre os regimentos das entradas dos capitães-do-mato, dizendo algumas atitudes que deveriam ou não ser tomadas:

Devem usar os capitães soldados das entradas nestas minas conforme ao que os mesmos me representaram em carta de 15 de dezembro, por achar muito posto na razão o que os mesmos me apontaram nesta matéria, atendendo ao estado [ilegível] da terra. Somente não pude convir de se esquitejarem os corpos dos escravos mortos nas abalroadas; não porque todo o rigor não

⁷ Pagamento pelo serviço prestado.

seja bem merecido por ele, mas porque tenho alguma dúvida que se estenda a tanto a minha jurisdição, não sendo isso praticado nos mais regimentos que se acham registrados nesta secretaria. Também me não pareceu privar aos capitães e soldados das entradas das suas tomadias já merecidas nos escravos que trazem do mato, pelo incidente em que não são culpados da morte ou fugido dos mesmos escravos antes de seus senhores os resgatarem, principalmente sendo certo que a missão que os senhores têm tido nisso até agora, é a causa da grande repugnância que há nos ditos capitães das entradas em fazerem a sua obrigação, e de andarem, em consequência disso, tantos escravos no mato (APMT, 1756, C 06: 102).

Os registros sobre essas fugas, e ainda, o descaso por parte da Coroa espanhola na devolução desses negros datam do início da formação da capitania, ainda no governo de Antônio Rolim de Moura. Nos Livros de Registros da época consta uma carta que o capitão general escreveu aos padres das missões espanholas solicitando devolução de escravos fugidos do território luso, e abrigados nas missões. Em resposta, os padres justificavam a não devolução alegando que os fugitivos haviam implorado para que não o fizessem, pois seriam enquadrados no castigo de pena de morte, caso voltassem para o território português. Em 1761, Rolim respondeu aos padres afirmando ser falsa a pena de morte, que não existia tal lei, “nem antiga nem moderna” sobre o assunto, e que, no máximo, os escravos poderiam receber castigos particulares dos seus senhores (APMT, 1761, C 05: 118).

Em 15 de dezembro de 1758, em carta ao Padre Nicolas Altogredi, Rolim de Moura informava que andavam pelas missões espanholas dois escravos negros, que causavam muito prejuízo, e davam mau exemplo aos que ficavam:

E como tenho esta ocasião, me é também preciso representar a Vossa Reverendíssima que me consta andarem nas missões espanholas dois negros, um chamado Luanda - escravo do secretário deste governo -, e o outro Tomás, escravo também do soldado Dragão Manoel da Costa, que assiste em minha casa. E, assim, peço a Vossa Reverendíssima queira ter a bondade de os mandar segurar, e avisar-me para que eu envie pessoa que os conduza a esta vila, não só pelo prejuízo que recebem seu senhor na falta dos ditos escravos, mas também para obviar ao mau exemplo que dá aos outros o não tornarem esses para minas (In: PAIVA; SOUSA; GEREMIAS, 1983: 209).

No entanto, em carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 14 de dezembro de 1758, Rolim declarava que esses negros trabalhavam com os padres na atividade de cortar madeiras, pois quando viviam na vila capital eram serradores:

O mesmo mulato tinha ido encarregado de procurar dois negros fugidos: um do secretário deste governo, e outro de um soldado que assiste em minha casa, e nenhum destes respeitosos foi bastante para os entregarem, achando-se na mesma missão aonde chegou o dito mulato, cortando madeiras para os padres, por que ambos são serradores. O pretexto que para isto tomaram foi dizerem que os portugueses eram muito rigorosos para os negros, e que eles os queriam comprar por prata (In: PAIVA; SOUSA; GEREMIAS, 1983: 198).

O documento acima é muito rico, pois destaca a aceitação dos religiosos das missões em utilizar da mão de obra escrava negra e a possibilidade de que para o escravo permanecer na missão era melhor do que na capitania. Não podemos ignorar o fato de que a afirmativa que havia maior rigor na capitania de Mato Grosso do que nas missões era oriunda de um dos interessados na manutenção dos escravos em seu poder. Desse modo, ultrapassar a fronteira poderia significar apenas uma variação na mesma escravidão, o que não diminuía o ritmo das fugas.

Percebemos também os diferentes discursos de Rolim para a mesma situação, em carta para a administração espanhola o capitão general os tentava convencer destacando o grande prejuízo que a capitania teria com as fugas, já a carta enviada para outro administrador português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, destacou-se o interesse dos padres em mão de obra especializada de escravos negros “portugueses” nas missões e os pretextos para não os entregarem.

No governo do sucessor de João Pedro da Câmara, o capitão general Luís Pinto de Sousa Coutinho, o escrivão da Câmara registrou, no Anal de Vila Bela do ano de 1768, a estratégia do forte da Conceição com relação à fuga de escravos:

A 22 do dito ano chegou o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís Pinto de Sousa Coutinho à fortaleza da Conceição, onde, em virtude das instruções da Corte e da faculdade que obtive de seu antecessor, deixou uma ampla instrução para o regime daquele presídio, tanto a respeito militar como dos

vários ramos da administração econômica, estribando-se, antecipadamente, na felicidade dos seus futuros súditos. Escreveu logo daí ao presidente de Charcas, requerendo-lhe a restituição dos escravos que tinham fugido para os domínios do Peru, em conformidade com as leis da boa correspondência, subsistente entre as duas monarquias (AMADO; ANZAI, 2006: 125).

Outro ponto de saída das cartas do terceiro capitão general da capitania, Luís Pinto de Sousa Coutinho, além de Vila Bela, que era a capital, foi o Forte de Bragança ou Conceição, como registrado do documento acima. E em 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho escreveu também desse Forte ao governador de Moxos, Dom Antonio Aymeril, dizendo que havia sido restituído somente um único negro daquela repartição, mas que ainda restavam cinco ou seis. Deu também informações sobre três índios da missão de San Martinho, que se encontravam em domínio português.

No ano 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho apelou ao governador de Santa Cruz a restituição dos “seus” escravos negros:

Não posso deixar de me surpreender de que depois de recebidas as ordens para a captura e restituição dos mesmos negros [cinco ou seis escravos] se lhes haja dado passo franco para se evadirem não só da província de Moxos, mas da jurisdição dessa cidade, deixando-se passar livremente ao interior das províncias do Peru, o que me parece não ser perfeitamente conforme com as leis da boa correspondência a qual Vossa Senhoria experimentará, sempre pelo que me toca com a maior fidelidade e rendimento, em tudo o que disser respeito ao serviço de Sua Majestade Católica, como também ao de Vossa Senhoria, em cuja benevolência desejo sempre que me conserve (APMT, 1770, C 07: 14).

Nas notícias do ano de 1771, contidas dos Anais de Vila Bela, várias vezes durante o relato são destacadas as mesmas fugas:

A 5 de setembro chegou a essa Vila uma canoinha do forte de Bragança, com aviso para se mandar os negros que estão fugidos em Castela (AMADO; ANZAI, 2006: 181).

Continuou o mês de março, abril e maio sem coisa alguma digna de memória, até o dia 8 de junho, no qual consta que foram restituídos à

fortaleza quatro pretos escravos que haviam desertado destes domínios, sendo remetidos positivamente pelos padres da missões (AMADO; ANZAI, 2006: 184).

O Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís Pinto havia dado sobre o apoio que nas Índias de Espanha ordinariamente fazia aos escravos que desertaram desta Capitania, se conseguiu um decreto dos reis de Castela para requisição e entrega de todos os escravos que se achassem alienados naquelas Índias (AMADO; ANZAI, 2006: 185).

No Anal de 1781, há um relato interessante sobre as entregas de correspondências entre portugueses e espanhóis, a respeito da restituição dos escravos negros fugidos:

No dia 5 chegou um índio [ilegível] da missão de Santa Ana, e outros com cartas do governador de Santa Cruz; e se diz ser resposta das que Sua Excelência havia escrito com tanto zelo desta Capitania a respeito dos escravos que Espanha nos deve entregar, na forma do tratado da paz, por terem fugido a seus senhores (AMADO; ANZAI, 2006: 226).

O Anal de 1776 levanta pistas sobre o fato de que escravos poderiam ser levados para o lado espanhol da fronteira por contrabandistas espanhóis e portugueses notificando, mais uma vez, a necessidade dos espanhóis de mão de obra escrava negra:

Tendo Sua Excelência notícia que os contrabandistas espanhóis, que vinham trocar as mulas que haviam introduzido no fim do ano próximo passado por escravos, considerando que eles, nestas colônias, são da primeira necessidade, proibiu que se executassem tão prejudiciais convenções, impondo graves penas aos portugueses que as celebrassem, para o que se afixou e publicou um bando em 13 de março do presente ano (AMADO; ANZAI, 2006: 204).

Ainda sobre o contrabando, Luiz de Albuquerque, em carta a Martinho de Melo e Castro, descreve seu desagrado pela suspensão do “plano de comércio” conhecido como “Secretíssimo”, “cujo primeiro objeto fazia o sobredito contrabando”. E nessa

notificação inclui a dúvida em consentir ou não a compra de escravos para os castelhanos.

No Anal de 1779, apresentado em Câmara pelo vereador Francisco de Bastos Ferreira consta relato sobre castigo ministrado aos escravos que fossem recapturados nos “domínios de Espanha”:

Chegaram presos do registro do Jauru, em 18 do mesmo mês, um Pedro Taques, com alguns pardos, bastardos e escravos, em que entravam umas mulheres, que tendo fugido de Vila Maria do Paraguai se encaminhavam para os domínios de Espanha, dentro dos quais já foram apanhados. Foram aqui castigados com açoites e galés (AMADO; ANZAI, 2006: 219).

Além de castigos, os escravos fujões poderiam ser remetidos à cadeia na vila capital. E os castigos foram infringidos também aos que ajudavam na fuga de escravos.

Por outro lado, as autoridades poderiam facilitar a volta natural dos escravos fugidos aos seus senhores não aprovando castigos ou prisões. Em 1775, vimos um documento que destaca essa atitude do capitão general, Luís Pinto de Sousa Coutinho, apesar das reclamações locais.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira também oferece informações sobre essas fugas para o lado espanhol da fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, e a dificuldade de restituição, quando escreveu sobre a Serra de São Vicente e seus estabelecimentos:

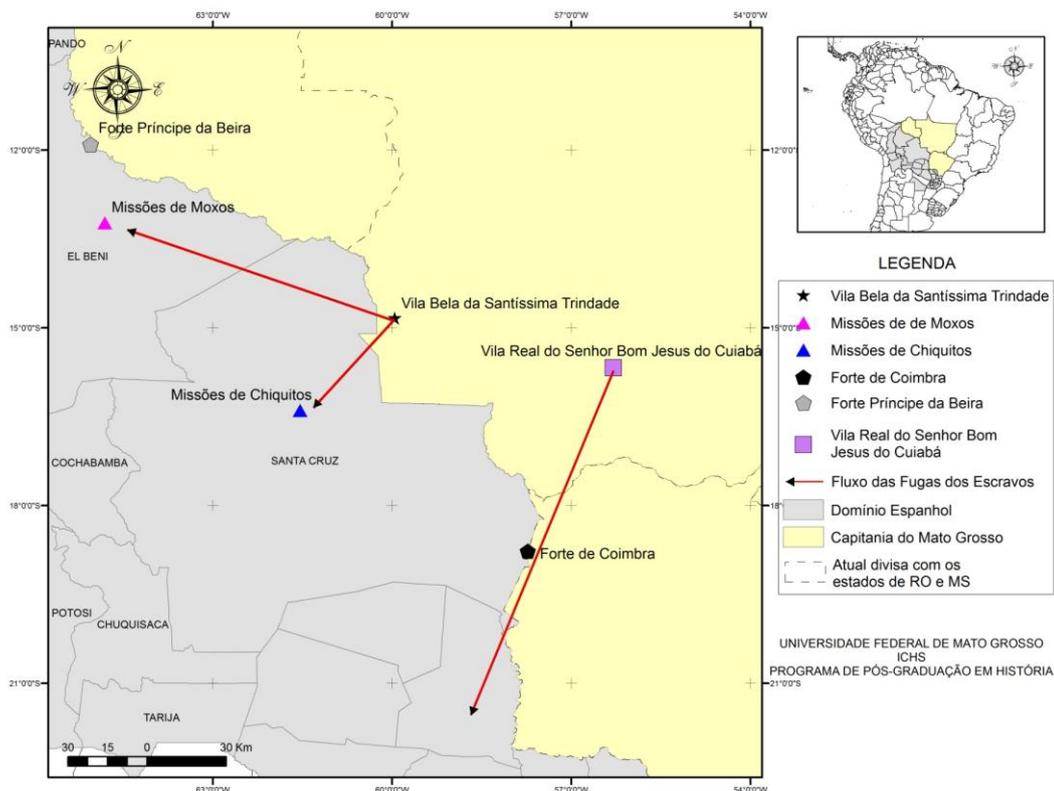
Dos [escravos] que desertam ou para os centros dos matos, ou para a fronteira de Espanha, raros são apreendidos e voltam ao cativo. Nem a estas fugas podem absolutamente obstar ou as rondas espalhadas pela sobredita fronteira, ou as diligências em seguimento dele pelo interior dos sertões. Por qualquer parte da capitania se lhes franqueia uma porta para semelhantes fugas (In: SOARES; FERRÃO: 57).

A necessidade de restituir esses escravos para os domínios portugueses era tamanha, que os governadores ofereciam ajuda de custa para tal feito. Um documento informa que Luís Pinto de Sousa Coutinho se dispunha enviar “ferros”, ou seja, grillhões para aqueles domínios, para assim assegurar “seus” “pertences”.

Em 1777, Luiz de Albuquerque considerava sua grande preocupação a “grandíssima perda pública e também política que todos os dias se experimentam nesta capitania pela fuga de muitos escravos para os adjacentes domínios castelhanos das províncias de Moxos, Chiquitos e Paraguai ou Tucuman”, e sugeria uma solução mais rigorosa para o problema: “suplico a Sua Majestade, em nome destes consternados povos, a graça de mandar que na Corte de Madri se faça eficazmente pela restituição dos mesmos escravos desertados” (AHU-NDIHR, 1777).

No mapa a seguir, tentamos demonstrar o fluxo de fugas de escravos negros de Vila Bela da Santíssima Trindade, na repartição de Mato Grosso, para as missões religiosas de Moxos e Chiquitos; e da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, na repartição do Cuiabá, para o Paraguai.

Mapa 2: Fluxo de fuga dos escravos da capitania de Mato Grosso para as missões de Moxos e Chiquitos e Paraguai.



Produzido por Gervásio Barbosa Soares Neto.

Ao levantar documentação sobre a fuga de escravos “portugueses” para as missões religiosas de Moxos e Chiquitos, na documentação contida no Arquivo e Biblioteca Nacional da Bolívia, em Sucre, encontramos algumas referências, como no ano de 1771, uma Carta de Luís Pinto de Sousa reclamando aos espanhóis que “dois escravos foram apreendidos violentamente nas terras de Espanha, contra nossas leis e tratados”, e solicitando que fossem “mandados restituir a esta capitania com a mesma amizade e benevolência com que tenho praticado” (ABNB, 1771, MyCh 97-2).

Há também uma carta, de 1782, do capitão general da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque, dirigida ao castelhano Bartolomeu Verdugo, considerando malograda a restituição dos escravos “portugueses” que ele já havia determinado que se fizesse ao governador de Santa Cruz. O malogro da restituição deveu-se ao fato de que o oficial encarregado

... não chegou a trazer consigo a nenhum deles, declarando que os que puderam prender-se se tinham de novo escapado, talvez que pela pouca cautela ou vigilância de quem os conduzia, e que os outros, em muito maior número, ainda se achavam em liberdade nos diferentes e mais remotos lugares aonde residiam (ABNB, 1782, MyCh 164).

No mesmo maço de documentos encontramos o interesse dos espanhóis pelo comércio com os portugueses por via de Chiquitos e, novamente, o caso de escravos apreendidos violentamente, e a restituição de indígenas: “Pelas vias das missões de Chiquitos tenham os portugueses franqueado o comércio, e que como em Santa Cruz há muitos [...] desta nação, possam interessar-se naqueles povos com título de comerciar”. Há também registro sobre “os escravos portugueses que se haviam extraído com violência de Moxos”, e também registros sobre o pedido feito ao governador do Mato Grosso de “restituição dos índios profugos” (ABNB, 1773, MyCh 97-21).

Há, ainda, notificações de que “diariamente negros escravos do Reino de Portugal se vêm profugos na Província de Santa Cruz”, e os prejuízos causados pelos “irmãos do Reino de Portugal”, os escravos “Ignacio e Lorenzo Chaves, de nação mina”, que estando presos naquela cidade, “se proporcione sua restituição a seus reinos, em observância da justiça e boa harmonia estabelecida entre ambas as nações”, pedindo que se mande um “ofício ao governador de Mato Grosso para que, indagando a

realidade, participe o que resulte na liberdade [dos negros]”(ABNB, 1786. MyCh 195-10, 11, 11v, 12).

Um documento importante, levantado no mesmo Arquivo boliviano, datado de 1796, informa sobre a chegada à missão de San Rafael de Chiquitos de um pardo, “Juan da Silva Nogueira” – devedor, natural de Cuiabá, mas que vivia em Casalvasco – que, pela “caridade cristíssima, a favor de todo refugiado”, se concedeu aos escravos que levava consigo “o acampamento que pedia”. O que impressiona neste documento é a quantidade de dados sobre Nogueira, e os escravos que levava consigo. Trata-se de um documento muito rico, que reproduz o interrogatório ao qual Nogueira foi submetido; portanto, ler o documento é acompanhar a chegada dessas pessoas na missão. Segue o “inventário”:

[...] Asilo o provei e mandei ao coronel Don José e Ayanza, Governador Político e Militar da Província, atuando e prometendo dizer tudo o que fora perguntado: de que lugar era, que religião professava, que tudo teria, e em que se desertava, e porque razão profugou de seu domicílio, [que] a tudo respondeu: que seu nome é Juan da Silva Nogueira, natural da Vila de Cuiabá, cristão, que era casado em Mato Grosso, com três filhos machos em seu matrimônio. Sua residência em Casalvasco, onde teria sua casa e comodidades; que seu exercício era militar, desde a idade de catorze anos, e que nas guerras passadas se passou do forte de Bragança, e nos encontros que se ofereceram, das vezes foi feito prisioneiro pelos espanhóis, que por esses méritos, e há muito tempo tem servido ao Rei, com custo competição se havendo ascendido a Cabo da Esquadra de Pedestres, se achava muito desgostoso com o governo, pois sem considerar mais dilatados serviços, por uns créditos particulares, e como coisa de quinhentos pesos, procuraram confiscar-lhe seus escravos[...]: inquestionável que se haviam de sequestrar seus escravos, resolveu antes passar-se à Espanha com eles, como que em efeito o retificou, consultando primeiro com sua mulher, que aprovou seu distanciamento, mas ela, por assistir à sua mãe, que se achava moribunda, se ficou em casa[...]. Os escravos que igualmente se vieram são de África, homens, assim mesmo duas menores da mesma nação, casadas com estes, e todos quatro e mais de cinquenta anos de idade, uma mulatinha de vinte um a vinte e dois anos, casada, mas seu marido se ficou em Casalvasco. Estas cinco peças disseram que eram escravos legítimos [...] (ABNB, 1796, MyCh GRM vol.8-323, 324, 324v).

Esse documento é mais um bom exemplo das possibilidades existentes nessa fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: um pardo, livre, militar, endividado, com escravos africanos que lhe pertenciam, deixou a esposa e três filhos, esperando no ultrapassar da fronteira melhores condições de vida.

No “Comité del Bicentenario de Santa Cruz: Sociedad de Estudios Geográficos e Históricos de Santa Cruz”, realizado naquela cidade em agosto de 2009, Bismark Cuéllar Chávez apresentou a conferência “La rebelión de los negros em Santa Cruz el 15 de agosto de 1809”, hoje impressa e divulgada, em que afirma que havia em Santa Cruz de la Sierra uma colônia de negros africanos, que eram levados tanto pelo Peru como pelo Brasil, e que não existem números exatos da quantidade dessas pessoas na cidade na época da rebelião, mas que variava entre 350 a 800 negros. Cuéllar Chávez ainda evidencia a presença escrava negra especializada em trabalhos que os indígenas não faziam,

... la presencia negra y mulata era evidente entre la población cruceña, y cuyo uso y rango era el de esclavo, desarrollando trabajos que el nativo oriental no debía realizar, e que se conocía que algunos ingenios de azúcar contaban com negros em sus estâncias (CHÁVEZ, 2009: 13).

Ao analisar a quantidade de escravos negros fugidos da região de Vila Bela para terras castelhanas, encontramos dificuldades em relação aos números, já que os casos de fugas são citados de forma generalizada. São poucas as informações sobre o número exato de escravos fugidos, na maioria das vezes são destacadas as quantidades de negros recapturados, que foram trazidos de volta para o lado português da fronteira.

No Anal de 1782 foi registrada uma quantidade considerável de fugas para os “domínios de Espanha”, de mais de duzentos escravos, e que foram recapturados, até então, somente 27 deles:

Em 15 chegou a esta Vila Bela, pelo Guaporé, o cabo-de-esquadra Francisco Pedro de Melo e alguns dragões, que conduziram 27 escravos que haviam fugido para os domínios de Espanha. Fez ponto aqui. E se mandou mostrar que eram mais de duzentos os que tinham fugido. O governo de Santa Cruz deu a fraudulosa, injusta e forçada inteligência de que o tratado preliminar da paz [...]. De lá chegou também um João Diogo, que fugia do Cuiabá com uma Rosalva, mulher casada, e com vários escravos [...] (AMADO; ANZAI, 2006: 233).

Essas fugas promoviam prejuízos para os senhores, além de outros fatores, como as doenças. O custo de um escravo para o senhor era alto, e recapturar sua “mercadoria” era prioridade.

Um documento datado de 1795 relata a localização de alguns quilombos próximos à vila capital, e que a expedição para a captura de escravos fugidos “seria custeada por todos os moradores da vila e arraias por meio de contribuição voluntária” (BR APMT CVB CA 0204 Caixa nº 004). Ou seja, todos os moradores da vila acabavam por custear os prejuízos com a procura de escravos.

Os escravos negros da capitania de Mato Grosso, objeto que trabalhamos neste estudo, evidentemente eram excluídos de direitos e poderes na sociedade colonial. Desse modo, os vestígios de sua atuação foram procurados na documentação oficial, no discurso das autoridades coloniais. A documentação analisada ofereceu pistas que nos levou a descobrir as diversas facetas arranjadas pelos escravos negros para sobreviver nessa sociedade colonial.

O termo de Mato Grosso, que tinha como capital Vila Bela da Santíssima Trindade, se localizava em uma região de fronteira territorial entre duas Coroas ibéricas. O rio Guaporé, muitas vezes, solucionou esse impasse, mas tanto Portugal como Espanha ultrapassaram esse limite natural e estabeleceram domínios em ambas as margens. A fronteira entre as duas possessões era frequentada por homens livres de classes sociais e nações diferentes, além de religiosos, de índios e de escravos negros que, muitas vezes, não viam nessa fronteira um limite, mas sim, uma possibilidade.

Como o espaço da fronteira era fluido, amplo e mal vigiado, para ele os escravos corriam após suas fugas, na busca por liberdade ou melhores condições de vida, e nessas caminhadas adentravam domínios hispânicos e, do mesmo modo, indígenas das missões religiosas espanholas corriam para os domínios portugueses. Denise Maldini fez referência a essa fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, enfatizando que o rio Guaporé ora era lusitano ora espanhol, e que na documentação que a subsidiou era constante “registro de fugas de devedores; registro de fuga de escravos; registro de fuga de índios; registro de chegada de desertores; a esperança de liberdade foi uma das faces dessa fronteira [...]” (MEIRELES, 1989: 176).

Por fim, fica registrada a importância da documentação analisada, as muitas lacunas que ainda permanecem, e que indicam possibilidades de novos estudos que

poderão advir de diferentes interpretações da rica documentação disponível em arquivos mato-grossenses e bolivianos, sobre a fuga de pessoas em busca mesmo que de uma pequena nesga de liberdade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

MOURA, Carlos Francisco. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja – Biografia*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de; SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária, v.2, v.3, 1983.

SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007.

Fontes manuscritas

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT

Livro de registro do governo de Antonio Rolim de Moura, 1751-1763, livro C 05, estante 01:1761, maio, 25, Vila Bela. Registro de uma carta escrita aos povos das Missões Espanholas, Juan de Beingoolea, p. 118.

Livro de registro do governo de Antonio Rolim de Moura e Luis Pinto de Souza Coutinho, 1751-1770, livro C 06, estante 01: 1756, janeiro, 30, Vila Bela. Carta para os oficiais da Câmara desta Vila sobre os regimentos das entradas dos capitães do mato, p. 102.

Manuscritos do século XVIII (antigas latas)

1795, Março, 24, Vila Bela. Carta dos vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão- General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, sobre a realização de uma bandeira para descoberta de ouro e busca de escravos fugidos, escondidos em quilombo próximos dos rios Guaporé, Galera, Sararé e Alegre. A expedição seria custeada por todos os moradores da Vila e Arraiais por meio de contribuição voluntária. Ref.: BR APMT. CVB. CA. 0204 Caixa N° 004

Projeto Resgate

NDIHR (Micro-Fichas):

1777, fevereiro, 17, Vila Bela. Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a fuga diária de muitos para os adjacentes domínios castelhanos e a resolução dos espanhóis de não os restituírem. CTA: AHU - Mato Grosso, cx. 17, doc. 37.

Arquivo e Biblioteca Nacional da Bolívia - ABNB

Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luís Pinto de Souza, 1771. MyCh97 (2).

Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Pedro Juan Sanz, 1773. MyCh97 (21).

Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782. MyCh 164.

Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1786. MyCh 195 (5v, 10, 11, 11v).

Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos (Gabriel René Moreno). Expediente que contém o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Província de Chiquitos, 30 de setembro de 1796, dando conta do arribo de dez portugueses entre negros e mulatos. MyCh GRM vol.8 (323, 324, 324v).

Artigos, livros, dissertações e teses

CHAVÉZ, Bismark A. Cuéllar. La rebelión de los negros en Santa Cruz el 15 de agosto de 1809. Conferencia en Comité del Bicentenario de Santa Cruz: Sociedad del Estudios Geográficos e Históricos de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra, BO, 14, ago., 2009.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – ICHS/UFMT, 2003.

MEIRELES, Denise Mald. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII – 1722-1808*. São Paulo: USP. Tese de doutorado – FFLCH/ USP 1996.